

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL N^o 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontínuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE HISTÓRIA

CURSO DE HISTÓRIA

**DO MOVIMENTO ESTUDANTIL À LUTA ARMADA: ESCOLHAS E
CAMINHOS**

Orlanda Rodrigues Fernandes

UBERLÂNDIA, JULHO DE 2005

Orlanda Rodrigues Fernandes

DO MOVIMENTO ESTUDANTIL À LUTA ARMADA: ESCOLHAS E CAMINHOS

Monografia apresentada ao curso de graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharel em História sob a orientação da professora doutora Dilma Andrade de Paula.

UBERLÂNDIA, JULHO DE 2005

SUMÁRIO:

Agradecimentos: _____ Pág 4

Considerações Iniciais: _____ Pág 5

Capítulo I: Década de 60: Movimentos Sociais e o Regime Militar: _____ Pág 17

Capítulo II: Do Movimento Estudantil à Luta Armada: Simples Opção? __ Pág 41

Considerações Finais: _____ Pág 65

Bibliografia: _____ Pág 72

Agradecimentos:

Primeiramente, gostaria de agradecer a minha família (mãe, pai e irmão), mas, principalmente aos meus avós Amélia e Manuel, pelo apoio financeiro sem o qual não teria realizado meu sonho de me graduar em História e a minha tia Lucinda que me presenteou com a maioria das bibliografias utilizadas para a realização desta monografia. E aos inúmeros amigos que me emprestaram seus computadores, sem os quais não teria sido possível digitar minha pesquisa e que não citarei os nomes, pois são muitos e, com certeza, eu esqueceria algum.

Também gostaria de agradecer à professora Dilma Andrade de Paula por aceitar ser minha orientadora quando eu estava tão perdida e desorientada, fazendo isso com extrema competência, sem tirar a liberdade que tanto necessitei para realizar este trabalho e sendo uma grande amiga.

A todas as pessoas com quem convivi durante esses cinco anos em que morei em Uberlândia, principalmente ao meu grande amigo (irmão) Sérgio Diniz Valente e sua família, que considero como minha, meu muito obrigada pelo apoio emocional, pela força, pelo carinho, sem os quais não teria conseguido e que jamais esquecerei.

Considerações Iniciais:

Este trabalho tem como finalidade analisar perfis de sujeitos históricos que partiram do Movimento Estudantil para a Luta Armada na década de 60 no Brasil e através do cruzamento desses perfis analisados, constatar se há um processo de identificação nítido que os unia e orientava.

Como toda recuperação do passado parte de questionamentos do presente, o que me fez optar por esses sujeitos é exatamente a dificuldade de mobilização atual dos estudantes e a aparente descrença em uma sociedade diferente desta, ou seja, apatia perante os problemas sociais que a sociedade brasileira vive hoje e a não identificação com sua parcela de responsabilidade perante esses problemas.

Havia algo em que os estudantes acreditavam e os levou a lutar para mudar a sociedade e isso os fez participar das transformações culturais, políticas, sociais e econômicas e os fez resistir quando o golpe abortou essas transformações, algo que se coloca hoje como perdido, algo que reflete a luta de classes, mas também questões que estão além dela.

Apesar de os estudantes pertencerem a muitas classes e a maioria ser da classe média, não acredito que o Movimento Estudantil seja um movimento pluriclassista, é sim um movimento que reflete luta de classes que perpassa toda a sociedade e todos os movimentos. Mas, se os estudantes pertenciam a várias classes, principalmente à classe média, que em muito se beneficiou com o “milagre econômico”, adotando em inúmeras vezes posições favoráveis aos

militares, o que levou parcela significativa dessa classe a se identificar com movimentos revolucionários a ponto de partir do Movimento Estudantil para a Luta Armada?

Assim, não se trata de um trabalho de veneração a um “passado glorioso” a fim de criticar o presente e sim a recuperação de um momento histórico único no qual uma luta se desenvolveu até chegarmos ao momento atual. Trata-se de reler esse momento, interpretá-lo para que sua experiência possa ser útil, ou seja, uma análise que a historiografia classifica como História Política e que está muito presente desde sua recuperação a partir de 1980 e sua renovação através da interdisciplinaridade, principalmente com a ciência política e a sociologia tratando de temas relacionados a participação na vida política, valorizando os sujeitos, os acontecimentos e a narrativa em História. A História política se propõe a distinguir as esferas culturais, econômicas, sociais e políticas percebendo como uma influencia a outra, está ligada a outra, mas destacando também, suas especificidades.¹ Dessa forma, observo as mudanças que afetam a sociedade e as explicações para essas mudanças através da análise do Movimento Estudantil e da luta armada, ou seja, a dimensão política é reintroduzida juntamente com a economia e as relações sociais na compreensão dos fatos coletivos.

Para isso, optei por analisar obras que tratam do período e desses movimentos, escritas, na sua maioria, por ex-militantes do ME – Movimento Estudantil - e das organizações de esquerda, ou seja, são obras autobiográficas e isso me interessou, pois, apesar de tratar sobre o período

¹ RÉMOND, René (org). *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: Editorara UFRJ, 1996

pela ótica da esquerda, as divergências da esquerda aparecem, o fato de terem pertencido a organizações diferentes, ou não terem se filiado a nenhuma delas, fez com que essas pessoas que lutavam por um mesmo ideal tivessem posições diferentes com relação aos fatos e à luta contra a ditadura.

Meu trabalho consiste exatamente em dialogar com obras historiográficas que abordam este tema e, a partir deste diálogo, analisar com o que se identificavam os jovens militantes do Movimento Estudantil e da luta armada no Brasil, porque lutavam por mudanças sociais, econômicas e culturais e o que estas mudanças significavam para estes jovens.

Por exemplo, no livro de Jacob Gorender², pude perceber a interpretação da década de 60, na visão de alguém que, mesmo após o golpe e o rompimento com o PCB – Partido Comunista do Brasil –, optou por uma reorganização partidária, fundando o PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário - e, ao mesmo tempo mostra a sua visão com relação aos companheiros que optaram pela organização apartidária e pela luta armada como caminho contra a ditadura, bem como uma análise da esquerda na década de 60.

Em seu depoimento, Zuenir Ventura³ também trata de toda essa divisão da esquerda. Mas através da análise dos acontecimentos de 1968, de sua vivência durante esse ano e de depoimentos colhidos sobre o assunto, Ventura destaca a importância do ano de 1968, não só no Brasil, como em diversos

² GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas a luta armada*. 3ª Edição São Paulo: Ática, 1987.

países, dando ênfase à geração de 68, suas ideologias políticas, suas crenças, desejos, seus feitos, produções culturais e heranças, colocando a peculiaridade de 68 no Brasil, as questões locais contra as quais essa geração lutou. Zuenir Ventura destaca com grande competência a “Cultura de Resistência” que essa geração produziu, como protestavam e resistiam culturalmente à ditadura militar, enfatizando que se no campo do político (se é que é possível separá-lo dos outros campos, principalmente em 68), a ação limite foi a luta armada, no campo cultural, a ação limite foi o Tropicalismo.

Já, obras como *Tropical Sol da Liberdade* de Ana Maria Machado, que, apesar de ser um romance onde há a ficção mesclada com a realidade, nos mostra a posição daquelas pessoas que não militavam diretamente em partidos, organizações ou no ME, mas não concordavam com a ditadura, ou então eram parentes de militantes, pessoas sem as quais os movimentos e ações não seriam possíveis, pessoas que abrigavam militantes procurados, escondiam materiais considerados subversivos. Obras como esta também nos mostra como, muitas vezes, essas pessoas não foram consideradas militantes, simplesmente por não pertencerem a nenhuma organização, pessoas que não estavam no “olho do furacão”, mas que também tiveram suas vidas pessoais transpassadas pela militância, pelo momento histórico.⁴

A posição dos jovens, como foram atraídos pelo movimento, aparece muito no livro de Alfredo Sirkis⁵, que na época do golpe era adolescente, tinha dezesseis anos e era liberal, mas na escola secundarista ao começar a lutar

³ VENTURA, Zuenir. *1968 O ano que não terminou*. 39ª impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

⁴ MACHADO, Ana Maria. *Tropical sol da liberdade*. Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1988.

pela qualidade da educação e pela liberdade de expressão, começou a perceber como essas questões faziam parte de algo maior, partindo para a militância no ME e como as lutas do ME se mesclam com a luta contra a ditadura, como as divisões e organizações da esquerda permeiam o Movimento Estudantil e com o fechamento total do regime em 1968, como os jovens como ele partiram para essas organizações, principalmente as que propunham a luta armada. Ou seja, a visão de alguém que com vinte anos participava de seqüestros a embaixadores, em troca da liberdade de outros jovens presos e torturados pela ditadura. Experiência retratada também pelo jornalista Fernando Gabeira que conta a experiência de ser um dos mais velhos participantes de sua organização, o MR-8⁶.

Mas, também foram de extrema importância, livros como o de João Roberto Martins Filho⁷, que fazem um paralelo entre o Brasil e outros países com relação aos acontecimentos de 1968, fazendo um paralelo com a França e com o México, colocando as semelhanças e as especificidades dos movimentos existentes nesses países no ano de 1968. Muitas vezes a indignação começava com a invasão às universidades e, é claro, devido à violência policial, portanto, apesar dos objetivos específicos de cada país, não se pode negar que *"houve em 1968 uma linguagem comum: símbolos, idiomas e acontecimentos históricos que cruzariam as fronteiras dos estados"*⁸.

Seu livro descreve a morte do estudante Edson Luis e como seu enterro

⁵ SISKIS, Alfredo. *Os Carbonários*. 14ª edição. Rio de Janeiro. Record, 1998.

⁶ GABEIRA, Fernando. *O que é isso companheiro?* 2ª edição. São Paulo. Companhia das letras, 1996.

⁷ MARTINS FILHO, João Roberto. *A Rebelião Estudantil: 1968 México, França e Brasil*. Campinas, SP. Mercado de Letras, 1996.

⁸ MARTINS FILHO, João Roberto. Estopim. In. *A Rebelião Estudantil*. Campinas. SP: Mercado das Letras, 1996.

mostrou a amplitude da mobilização estudantil no Brasil, bem como a simpatia de parte da população a este movimento. Destaca que em alguns lugares os estudantes reagiam com a mesma violência usada pelos policiais, grupos armados foram organizados. João Roberto considera 1964 um divisor de águas entre o passado populista e o futuro ditatorial, que se consolidava e ceifava qualquer alternativa democrática após o AI5.

Os estudantes começaram a sofrer com o golpe desde o seu começo, com a "Lei Suplicy de Lacerda" que propunha extinguir a UNE , as UEES e os DCEs para implantar um sindicalismo estudantil dependente, uma reforma universitária que previa um ensino pago, proibiu livros, filmes e peças teatrais e reprimiu violentamente os jovens e seus protestos. Destaca como evento mais importante de maio de 68 no Brasil a comemoração do Dia dos Trabalhadores, no dia 1º de maio, na Praça da Sé em São Paulo, onde militantes de esquerda, estudantes, etc, se organizaram protestando com cartazes contra a ditadura, fato que resultou numa passeata que se dirigiu à Avenida São João e atacou a sede do City Bank. Essa ação da nova esquerda organizada apareceu em jornais conservadores como "confusão de estudantes."

Marcelo Ridenti⁹, assim como João Roberto, não viveu os movimentos da década de 60, era muito jovem, portanto, seu livro é um trabalho acadêmico que engloba diversas visões sobre o período de uma maneira menos passional (possuindo um posicionamento diante dos fatos), analisa as divergências e convergências dos projetos revolucionários da esquerda, sua organização, suas formas de luta, os pressupostos comuns, qual o sentido da luta, o papel e

⁹ RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. Editora Unesp. São Paulo, 1993.

a participação de diversas classes sociais, a esquerda estudantil, bem como sua rebeldia e inserção social.

Nesse sentido, é de elevada importância ressaltar o momento histórico no qual esse movimento está inserido e do qual tratam as minhas fontes, a década de 60. Nessa época entra em cena toda uma discussão em todo o mundo sobre melhores condições de vida, condições dos negros, da mulher, etc. Esse quadro começou a se compor no final da Segunda Guerra Mundial, quando o mundo começou a se configurar em torno de duas ideologias: a capitalista representada pelos EUA – Estados Unidos da América - e a socialista representada pela URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Mas na América Latina, foi após a Revolução Cubana de 1959 e sua declaração como país socialista em 1961, que essas discussões começaram a ficar mais instigantes. A juventude começa a se dar conta de novos horizontes políticos, sociais e culturais, novos valores começam a surgir e muitos jovens passam a se identificar com esses valores.

Este é um período no qual países africanos, asiáticos e latino-americanos começam a lutar por autonomia e desenvolvimento, numa lógica que tenta colocar dentro do capitalismo o desenvolvimento nacional com justiça social e tudo isso é permeado pela Guerra Fria.

No Brasil, o populismo começa a entrar em crise, pois suas tentativas de conciliar os interesses populares com os interesses de instituições financeiras internacionais (FMI) a quem o Brasil devia e deve uma fortuna, não era mais capaz de conter a conscientização da massa e a luta de classes. Crise que se

finda com o Golpe militar de 1964, que manteve a estrutura capitalista, modificando apenas as relações entre as classes, pois os militares implantaram uma nova política salarial, na qual o governo passava a determinar o índice salarial, ou seja, enfraqueceu os sindicatos que não tiveram mais como barganhar o salário.

Além disso, essa nova política troca a estabilidade do trabalhador pela implantação do FGTS em 1966. São duas medidas que destruíram definitivamente os pilares do governo populista, o movimento sindical fica sujeito às regras do governo que elimina o direito de greve, pois como é o governo que determina o índice salarial, as greves não têm mais sentido. É, portanto, uma política que favorece o capitalismo liberal submetendo os trabalhadores às empresas e ao governo e gerando a rotatividade da mão-de-obra. E o Movimento Estudantil, bem como a Luta Armada, são frutos desse tempo histórico, dessas transformações.

Meu objetivo é compreender quais referências identificatórias levaram os jovens brasileiros a se movimentar. Como a imagem de Che Guevara, a música de Bob Dylan começam a contagiar os jovens e mais, como o desejo de modificar a história, para além da própria vida fez com que os jovens brasileiros se identificassem com esses movimentos?

Penso que ninguém luta por algo com o que não se identifica, portanto os jovens militantes do Movimento Estudantil acreditavam numa forma de sociedade, suas lutas passam de simples reivindicações educacionais a tal ponto, que muitos decidiram que morreriam na tentativa de alcançá-las.

Já em 1964, os estudantes começaram a sentir na pele a dureza do governo que invadiria as faculdades e bateria até a morte, pois se evidenciou a insatisfação dos estudantes universitários com relação à universidade no Brasil e a bandeira da reforma universitária foi levantada e apoiada pelos estudantes do ensino médio. Com o golpe, realmente se coloca uma proposta de reforma, porém esta vai contra tudo aquilo que os estudantes pretendiam, era baseada no modelo estadunidense de privatização do ensino. A idéia era transformar a universidade de conscientizadora política, geradora de crítica social e criatividade humanista em fornecedora de mão-de-obra tecnologicamente qualificada para as grandes empresas que estavam sendo instaladas no Brasil. Também foi nessa época que os “campi” universitários foram criados com o intuito de retirar os estudantes dos centros urbanos. E as verbas para educação começaram a ser cortadas e reduzidas na expectativa que se implantasse o ensino pago. Apesar de a universidade pública de hoje ser resultado dessa política educacional, a despolitização e a criação das universidades particulares não tiveram um desenvolvimento pleno, graças a resistência dos estudantes à essa política educacional da ditadura.

Toda essa crise da universidade, que também se deu em vários lugares do mundo, levantou um grande debate colocado pelos movimentos de 1968 sobre a função da escola numa sociedade capitalista. Lembrando que, hoje, a escola reduziu-se à alfabetização mínima e formação de um exército de mão-de-obra barata mantenedora do sistema capitalista.

A tudo isso se junta o desenvolvimento dos meios de comunicação em massa, principalmente a televisão, que leva ao mundo a Guerra do Vietnã,

Revolução Cubana e posteriormente a morte de seu líder mais conhecido, Che Guevara, em 1967, tornado símbolo revolucionário quase que, em tempo real¹⁰, que atua na mente das pessoas tanto quanto as idéias caluniosas que se tenta passar sobre o movimento.

Porém a violência com que o exército e a repressão trataram os estudantes e as imagens mostradas pela imprensa fizeram com que a partir de 1968 grande parte da população apoiasse o movimento.

Podemos destacar que a partir de 1968 a resistência cultural se modifica devido ao AI-5, já que todas as produções agora passariam pelo filtro da censura e inúmeros artistas e intelectuais seriam exilados. O tropicalismo começa a ser levado para a individualidade. Se o objetivo era alargar as mudanças coletivamente, agora começa a haver uma preocupação com o “eu”, com o “meu cabelo”, com a “minha roupa”, a droga passa a ser algo individual e não mais para experimentar algo novo e “abrir as portas da percepção”, mas para se anestesiarem, para não saber de nada. Porém, por um outro caminho temos a Luta Armada. Para muitos nada estava perdido, ainda que fosse muito difícil quebrar com os valores burgueses, eles eram tão discutidos quanto a Revolução, tudo era politizado para esses sujeitos, o sexo, o amor, tudo, a vontade de experimentar algo novo não se dava apenas no campo do político, mas no comportamento em geral e, nesse sentido o PCB era extremamente

¹⁰COHN – Bedit. *Nós que amávamos tanto a Revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

reacionário, não admitindo as drogas, muito menos o homossexualismo que era taxado doença da burguesia.¹¹

Se em 1967 muitos ainda acreditavam na perspectiva de o PCB resistir dentro da ordem, a partir de 1968 com o AI-5 isso acaba e a luta armada é colocada como solução. E apesar de lutar por soluções de problemas locais em cada país, o Movimento Estudantil de 1968 mundialmente exigia de seus regimes, além de participação política, mudanças sociais e culturais que deixaram-nos uma enorme contribuição, não só cultural, mas que abriu espaço para o surgimento de movimentos praticamente impensáveis antes dessa abertura, como o movimento gay, a consciência negra etc.

E, para analisar esse caminho que muitos sujeitos percorreram do Movimento Estudantil à Luta Armada e analisar o que os unia e em que acreditavam para optar por esse caminho e como isso foi se modificando até chegar aos dias atuais, organizei meu trabalho em 2 capítulos a seguir.

No 1º capítulo, procuro investigar os movimentos sociais de esquerda e os projetos abortados na década de 60 com o golpe militar e os rumos políticos adotados pelo regime até 1968 e a luta armada aparecendo no horizonte brasileiro.

No 2º capítulo, através de diversas obras que retratam o período, muitas delas biográficas, retratando experiências dos sujeitos, faço um cruzamento de perfis, a fim de analisar os diversos motivos e atrativos que apontaram a luta

¹¹ Cf informações presentes nas obras: GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas a luta armada*. 3ª Edição São Paulo: Ática, 1987 e RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. Editora Unesp. São Paulo, 1993.

armada. Como se dava essa passagem do Movimento Estudantil para a luta armada e como com o passar do tempo este passa a ser um trampolim para as armas.

Dialogando com essas diversas posições procuro destacar os pontos em comum, bem como os fatos mais diferenciados que levou a juventude a dizer “não” e lutar pelo que acreditava, a fim de constatar se há ou não algum processo identificador comum.

E finalmente as considerações finais sobre as pesquisas e as constatações que as análises me capacitaram desenvolver.

Capítulo I: DÉCADA DE 60: OS MOVIMENTOS SOCIAIS E O REGIME MILITAR

Os movimentos estudantis e a luta armada no Brasil estão inseridos em uma década de intensa mudança que é a década de 60, marcada no Brasil pela ditadura militar. É um período que a juventude se dá conta do horizonte político econômico, mas também do cultural e é, portanto, um momento de grandes transformações. Havia um engajamento político muito grande entre os jovens.

Caracterizando esse período é necessário pensar a ditadura, não como algo construído pelos outros, pelos militares, como se ninguém tivesse participado dela, mas sim como um momento vivido por todos os setores da sociedade, ainda que de maneiras diversas, destacando que essas posições diferenciadas indicam processos identificatórios desiguais; Ou seja, para entendermos este período e os movimentos surgidos nesta época é preciso pontuar a sociedade como um todo, política, econômica e culturalmente.

Há que se ressaltar que este é um período no qual países africanos, asiáticos, latino-americanos desejam autonomia e desenvolvimento, numa lógica que tenta colocar dentro do capitalismo o desenvolvimento nacional com justiça social. E isso se reflete na cultura, começa-se a pensar em uma produção nacional que trate da realidade brasileira.

Após a 2ª Guerra Mundial a utopia terceiro-mundista é colocada, acreditava-se na possibilidade de desenvolvimento dos países de terceiro

mundo. Têm-se movimentações importantes no mundo todo nesse sentido e o contexto de Guerra Fria permeia tudo isso e é de grande importância para as lideranças políticas a divisão entre esquerda e direita.

Logo, a ditadura militar é um processo histórico construído por vários agentes e não apenas pelos que deram o golpe, destacando a importância dos agentes internos, militares, setores da igreja, burguesia, etc, desmontando a idéia de que todo o golpe foi articulado em Washington pela Central de Inteligência, a CIA.

O que caracteriza o momento de 1961 a 1964 no Brasil é uma grave crise econômica e institucional e ao mesmo tempo uma expansão do movimento urbano, ou seja, a expansão da luta ideológica¹², das lutas pela mudança da ordem capitalista.

É necessário pensar como a direita articula e justifica o golpe militar, analisando sua posição sobre o governo João Goulart e a real posição dele. João Goulart era latifundiário, dono de grande fortuna pessoal, defensor do capitalismo, mas que amedrontava a direita, pois militava ao lado dos trabalhadores, dos sindicatos e defendia que a posição do Brasil frente ao mercado internacional deveria ser o de fazer negócios com qualquer país, capitalista ou não, devido sua posição de país subdesenvolvido. Além disso, na ocasião da renúncia de Jânio Quadros, Jango estava em visita na China comunista e tudo isso fez a direita taxá-lo de esquerdista, ou pelo menos, era o que queriam que se pensasse sobre Jango.

É interessante lembrar através desse fato que a renúncia de Jânio Quadros já caracterizava a articulação de um “Golpe branco”, que não deu certo, pois o povo exigiu a posse de João Goulart.¹³

Jango assumiu – houve a implantação do parlamentarismo – numa conjuntura de crise, sem contar a dívida externa exorbitante gerada pela política de desenvolvimento de JK, que Jango vai ter que administrar e que será importante para a sua queda. Assim, de 61 a 64, Jango tenta conciliar o capital estrangeiro e as instituições internacionais (FMI) com o movimento popular e com as reivindicações dos trabalhadores, características próprias do populismo.

Este é um período de intensos debates, tanto da esquerda como da direita, e, portanto há que se ressaltar que a Esquerda não é una, há dissidências durante a década de 60. Temos, portanto, o debate entre projetos diferentes de esquerda.

Com o plebiscito e a volta ao presidencialismo, a tentativa conciliatória entre o imperialismo e o interesse popular utilizada por João Goulart foi o Plano Trienal, que visava barrar o crescimento inflacionário, obtendo crescimento econômico, distribuição de renda e justiça social. A esquerda se dividiu em relação ao apoio ao Plano: o PCB o apóia, mas o PCdoB taxa-o de antipopular e aliado ao FMI – Fundo Monetário Internacional. O Plano recebe muitas críticas

¹² Utilizo o termo ideologia como idéias que representam uma determinada classe, para um maior entendimento sobre o conceito ver Dicionário dos Pensamentos Marxistas. Editado por Tom Bottomore, 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor.

¹³ TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart: O Golpe de 64*. 17ª reimpressão. SP: Brasiliense, 1997.

por esse alinhamento com o FMI e levanta uma questão extremamente importante: como fazer as reformas respeitando as propriedades privadas e sem causar o caos social?

É obvio que este plano conciliatório fracassou, não atingiu o crescimento econômico, o capital estrangeiro começou a fugir, os salários caíram, a inflação continuava a subir e é nesse momento, sentindo que iria cair, que Jango levanta a bandeira das reformas de base, entre elas a reforma agrária. Apesar de não possuírem caráter revolucionário, as reformas propostas eram transformadoras, mexeriam na ordem da sociedade. Mesmo a reforma agrária sendo dentro do capitalismo, nos moldes estadunidenses, ela afetaria os interesses da elite latifundiária brasileira e, por isso, a amedrontava.

Começa uma insatisfação, pois a crise econômica é geral, os trabalhadores começam a cobrar as promessas e têm-se invasões de terras, ou seja, um clima explosivo que supera o eixo Rio - São Paulo. Além dos trabalhadores rurais e urbanos, temos a movimentação dos partidos legais e ilegais, setores militares, movimento estudantil e em contraponto empresários, setores da igreja católica, classe média “movimentando-se contra a movimentação”. A preocupação da direita era a propriedade e o lucro e seu discurso formou-se utilizando a queda dos lucros e a invasão de propriedades, não reprimida pelo governo.

Visando as eleições de 65, muitos governadores e políticos começaram a hostilizar João Goulart, pensando nas eleições presidenciais, tais como Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, Juscelino Kubitschek, etc. Apoiavam o golpe, pois

acreditavam que este seria para retirar Jango do poder e que em 65 ocorreriam eleições e o poder voltaria para os civis. Foram frustrados completamente. O golpe militar barrou a democratização do país, os grupos de esquerda possuíam divergências, o que facilitava para a direita uma ação antidemocrática disfarçada de anticomunista.

O famoso comício da sexta-feira, 13 de maio, de Jango na Central do Brasil, no coração do Rio de Janeiro, lugar onde os trabalhadores passam para ir ao trabalho e que reuniu 200 mil pessoas contrapôs-se à reação do dia 19 de março que reuniu 500 mil pessoas e serviu para irritar ainda mais a direita. O comício de 13 de maio, em termos de participação “popular” rivaliza apenas com o movimento pelas Diretas Já.¹⁴

Há que se ressaltar que amplos setores da sociedade queriam eleições para 64, assim, nessa sexta-feira 13, enquanto têm-se discursos radicais no palanque, tem-se um público reformista e legalista, não havia um sentimento de golpe para manter João Goulart no poder.

Os militares não se organizaram apenas entre si, mas tiveram o apoio de parte dos governadores que queriam se eleger e o que aconteceu pós Golpe é que muitos desses governadores foram cassados e os militares tomaram o poder e o governo. O fato que os políticos acreditavam que seria episódico, a queda de João Goulart, tornou-se a ditadura militar.

¹⁴ Cf informações presentes nas obras: TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart: O Golpe de 64*. 17ª reimpressão. SP: Brasiliense, 1997. GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas a luta armada*. 3ª Edição São Paulo: Ática, 1987. RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. Editora Unesp. São Paulo, 1993.

Economicamente a década de 60 no Brasil possui dois momentos de mudanças importantes, primeiramente a crise econômica de 62 e depois o milagre econômico, que mostra algo fundamental: a manutenção do patamar capitalista, porém com algumas mudanças, e aí coloca-se a importância do golpe de 64.¹⁵

Portanto, pensar o golpe era ter a certeza de que teríamos o apoio dos EUA, mas também a articulação e apoio dos setores internos tais como a imprensa, os políticos (UDN principalmente), classe média, empresários, latifundiários e setores da igreja.

Para analisar a derrota da esquerda, deve-se considerar que o CGT – Comando Geral dos Trabalhadores - não tinha uma base realmente forte para organizar os trabalhadores, a força das Ligas Camponesa não foi utilizada e organizada num movimento de trabalhadores rurais e urbanos, o radicalismo de Leonel Brizola era apenas retórico e as esquerdas acreditavam que os generais eram homens do povo, legalistas e jamais pensariam no golpe. Assim, o que podemos observar é que as esquerdas superestimaram suas forças e que a direita se organizava desde 61. As forças progressistas não estavam organizadas e há idealização da esquerda que, na verdade, não tinha um plano conjunto, uma unidade e uma estratégia única.

Unido a tudo isso temos João Goulart, político extremamente contraditório, tentando conciliar o imperialismo internacional com os interesses populares, o que fez a direita criar um discurso de que Jango era esquerdista, sem na

¹⁵ SINGER, Paul. A economia Brasileira depois de 1964. *Debate & Crítica* nº 4, São Paulo, Hucitec, 1974, p 01-21.

verdade o ser, suas reformas eram propostas dentro do capitalismo, no qual acreditava. O medo comunista articulava o golpe mais do que a insatisfação contra Jango. Apesar de grande parte de a população estar insatisfeita com a economia, apoiava o governo.

Pensando 64 enquanto ruptura, o que muda primeiramente são as relações entre as classes, pois os militares implantam uma nova política salarial na qual o governo determina o índice salarial, ou seja, enfraquece os sindicatos que não têm mais como barganhar o salário. Além disso, essa nova política troca a estabilidade dos trabalhadores pela implantação do FGTS em 1966. São duas medidas tomadas para destruir um dos pilares do governo João Goulart, o movimento sindical que fica sujeito às regras do governo que vai abolir também o direito de greve, pois se é o governo que determina o índice salarial não tem porque ter greve, favorecendo a política liberal capitalista. Nesse sentido, temos os trabalhadores subordinados às empresas e ao governo. Todas essas medidas geram a rotatividade de mão-de-obra e abrem-se as portas para a alta produtividade e a hegemonia das grandes empresas é favorecida, sujeitando os trabalhadores às piores condições de trabalho e vida. Evidencia-se no pós 64 uma elevada taxa de crescimento econômico e em contrapartida um grande número de acidentes de trabalho.

O golpe deve ser analisado, dessa forma, através de referências políticas, econômicas, bem como culturais e ideológicas. E para se pensar a questão cultural na década de 60 é interessante voltarmos ao pré 64 e pensar um sujeito muito importante, o homem do campo, que vai ser retratado no teatro e no cinema.

Nos anos 60, assim como se coloca a necessidade de uma economia e uma política independente, abortada pelo golpe militar, também se colocava a necessidade de uma cultura que representasse a realidade brasileira. E se há um fechamento político, com o golpe militar, tem-se contraditoriamente um desenvolvimento cultural.

O movimento cultural no Brasil data do pré 64 e mostra o engajamento de alguns artistas e intelectuais. Nesse contexto há que se destacar o Cinema Novo, que recebeu influência do cinema Francês e Italiano e vem com a perspectiva de entender a sociedade, mostra a preocupação com o social, com o nacional, com a cultura brasileira. E nesse sentido, é importante salientar que a resistência cultural não se dá apenas ligada ao PCB, existe resistência cultural não ligada ao partido. É importante no Cinema Novo salientar as obras de Nelson Pereira dos Santos que destacavam o olhar e as diferenças culturais do homem nordestino, lembrando sua ligação com o PCB, Glauber Rocha, não ligado ao partido também é um importante cineasta do Cinema Novo e duas obras suas do pré 64 merecem destaque: Barra Vento (61) e Deus e o Diabo na Terra do Sol (64), mostrando que a temática que mostrava a realidade no pré 64 era a temática agrária.

O Teatro também é expressivo nesse sentido. O teatro de Arena é constituído em 1953 e se associa em 1955 ao Teatro Paulista dos Estudantes, ligado ao PCB. Destacando a ligação entre os estudantes e o Teatro de Arena e a sua aproximação com o Cinema Novo em relação aos seus objetivos, como o Cinema Novo, o Arena também objetivava ter um texto nacional que falasse

da realidade brasileira. Tem-se, portanto, desde 50, uma atitude dos jovens contra o cinema estrangeiro que nada tinha a ver com o Brasil.

De uma dissidência do Arena, por questões políticas, foi fundado o CPC da UNE – União Nacional dos Estudantes -, pois esses dissidentes ainda consideravam o Arena um teatro comercial, que não chegava ao povo. Optaram por falar da realidade entrando nessa realidade, nos morros, favelas, levando isso ao povo, ampliando as platéias, saindo dos guetos. O CPC faz parte do Movimento Estudantil, que mostra nos anos 60 uma ligação com a realidade popular e que, devido à organização que possuíam, conseguiram não só montar o CPC, como alargar as platéias.

Pode surgir aqui uma questão fantástica: para que produzir filmes e peças que tratem da realidade? É necessário, aqui, entender o processo histórico, compreender como entendiam a Revolução e como essas transformações nas letras e nas filmagens também indicava uma Revolução. No pós 64, com o CPC fechado, o PCB colocado na ilegalidade, repressão e censura teremos novas formas de resistência com relação à cultura.

Em dezembro de 64, o Show Opinião foi uma tentativa de reunir os intelectuais do CPC que não podiam aparecer devido às suas ligações com o PCB, chamando artistas e diretores não ligados ao partido e mostrando um tipo de resistência que não foi reprimida. Colocaram artistas como João do Vale, Nara Leão, etc, para retratar o campo, a cidade, a Zona Sul (classe média), ou seja, a realidade social como um todo.

Os artistas plásticos se baseiam no Show e organizam amostras tematizando a realidade, tais como Opinião 65 e Opinião 66, propondo uma arte coletiva que dialoga com o povo.

Além disso, tem-se a criação da Editora Civilização Brasileira que publicava poetas engajados e possuía a Revista Civilização Brasileira, uma revista com tiragem maior que a Revista Francesa de Sartre, tendo assim uma recepção gigantesca.

Assim, apesar do golpe e da censura, de 1964 a 1968 os artistas ainda conseguiam sobreviver produzindo arte como forma de protesto contra a realidade da ditadura. É o AI5 que mostra a face dura, o terror do governo e tem-se o fechamento quase total do regime.

O PCB começa a não atrair artistas e intelectuais pela sua opção política, já que muitos artistas e intelectuais optaram pela luta armada, sem contar que os dirigentes do PCB utilizavam os artistas como massa de manipulação. Apesar de toda essa ligação entre os artistas e o PCB, os seus dirigentes nunca levaram a sério a questão do papel da esquerda perante a cultura.¹⁶

O teatro Oficina é de extrema importância, pelo tratamento dado à realidade, pois aponta a luta armada, assim como obras do Cinema Novo como Terra em Transe de Glauber Rocha, e ambos caracterizam uma resistência não ligada ao PCB.

¹⁶ RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record 2000, p. 317 –363.

Se há um país incrivelmente inteligente no pré 64, com as Ligas Camponesas no campo, a sindicalização e o movimento operário nas cidades, os movimentos intelectuais na classe média, o movimento dos estudantes e no campo político algo extremamente novo, que era um vocabulário que tratava de política econômica independente, reforma, libertação, o que fazer diante de 64? Nesse sentido, cabe colocar uma crítica sobre a visão do PCB sobre a realidade brasileira pré 64, analisando a sociedade como sendo feudal, lendo a realidade brasileira tomando por base a resolução da Internacional Comunista de 1928, ou seja, por uma visão leninista e uma crença de que possuíamos uma burguesia nacional progressista. O PCB pecou por colocar o Brasil nessa “forma Russa” e isso gerou rachas internos e conseqüentemente focos de resistências culturais, deslocados do partido.

Isso mostra o quanto o PCB era conservador, não apenas politicamente, por ter uma leitura leninista de Revolução, mas por possuírem um comportamento conservador, não admitindo o homossexualismo, drogas, em pleno movimento Hippie e, nesse sentido, o Teatro Oficina é uma resistência revolucionária, pois traz a catarse, a Revolução, a sexualidade.

Compartilho com a posição de autores como Zuenir Ventura, de que o significado de revolução independe da opção sexual de cada um, do uso ou não de drogas. Ou será que a revolução deve se dar apenas no econômico e no político? Será que a produção cultural dos anos 60 não era revolucionária?¹⁷

¹⁷ VENTURA, Zuenir. *1968: O ano que não terminou*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1988.

As produções inovadoras do Cinema Novo, contra a Chanchada e o Cinema Comercial, com temáticas da realidade nacional no pré 64, temática agrária e, pós 64, a temática urbana e o questionamento sobre o que fazer diante do golpe de 64 eram extremamente revolucionárias. Para entender essa revolução cultural é necessário entender a realidade multifacetada da cultura com o Cinema Novo sobre censura, tendo de usar muitas metáforas para falar o que queria e conseqüentemente a quase nenhuma compreensão por parte do público, concorrendo com o cinema comercial, com o cinema de aventura, com a pornô chanchada, etc.

No pré 64 o Cinema Novo era elitizado e não atingia o povo, no pós 64 enfrenta a indústria cultural que abocanhava o mercado. Apesar de tudo isso, deve-se cuidar para não se ter uma visão preconceituosa e dizer que antes do Cinema Novo toda a produção era alienada, há exceções mesmo que a grande maioria o seja.

Na música, além do Show Opinião é interessante a resistência colocada pelo Tropicalismo, por sua idéia libertária da sociedade: é uma forma diferente de cantar, vestir, tocar, compor e por isso é transformadora. Diante de todo esse contexto vivido pela sociedade brasileira na década de 60 é de suma importância destacar os sujeitos dessa pesquisa que são os participantes do movimento estudantil e da luta armada, frutos desse tempo históricos, dessas transformações. 1968 não é uma data marcante para o movimento estudantil apenas no Brasil, *“o planeta pegou fogo. Foi como se uma palavra de ordem universal tivesse sido dada. Em Paris, Roma, Berlim ou Turim, a calçada e o paralelepípedo tornaram-se o símbolo de uma geração revoltada. ‘We want the*

world and we want it now' (*Queremos o mundo e o queremos já*) cantava Jim Morrison, 15 anos atrás".¹⁸. Como coloca Daniel Cohn-Bendit, o mundo fervilhava e os jovens questionavam a sociedade como um todo.

Meu objetivo é entender quais as referências identificatórias que levaram os jovens brasileiros a se movimentar. Como a imagem de Che Guevara, a música de Bob Dylan etc, contagiavam e causavam reações nos jovens de todo o mundo? Como o desejo de modificar a história, para além da própria vida, fez com que os jovens brasileiros se identificassem com esse movimento?

Para além dos movimentos, a resistência se dava culturalmente. Se na política a ação limite foi a luta armada, na música a ação limite foi o tropicalismo, que propôs uma revolução na forma de cantar, na forma de se vestir, de tocar violão produzindo uma letra original e aproximando-se, por isso, da catarse, do Teatro Oficina que se aproximava do povo colocando que a revolução começa em casa, não apenas no campo do político, mas também no campo do comportamento¹⁹ e nesse sentido tem-se também o Teatro Popular feito por aqueles que abrem mão do dinheiro para viver nos bairros operários, utilizando os operários para as peças.

Se em 67 muitos ainda acreditavam na perspectiva do PCB de resistir dentro da ordem, a partir do AI5 isso acaba e a luta armada é colocada como solução. E é toda essa resistência que instiga meu interesse por essa época, a busca por alternativas a cada cerceamento.

¹⁸ COHN-BENDIT, Dany. *Nós que amávamos tanto a revolução 20 anos depois*. São Paulo. Editora Brasiliense. 1987.

¹⁹ Posição que indica a influencia de pensadores como Herbert Marcuse e da escola de Frankfurt sobre os intelectuais brasileiros.

Primeiramente, o que mais chama a atenção na década de 60 e que é de extrema importância para a compreensão de algumas questões colocadas pelo Movimento Estudantil e como começaram a aumentar os movimentos que visavam às transformações sociais em favor das classes exploradas. Os diversos caminhos que são tomados para alcançar essa transformação é que faz com que existam várias esquerdas, ou várias idéias e formas de esquerda²⁰.

Para entender qualquer movimento é necessário entender que idéias “fazem a cabeça” desse movimento e, para isso é necessário saber que ideais faziam parte do cenário político.

Até 1960, o populismo, possibilitou uma grande industrialização no Brasil, à custa, é claro, de altos índices inflacionários, inúmeros conflitos sociais e dívida externa. Porém a partir de 60 o populismo que cria a ilusão de que o Estado é o mediador, desinteressado, das classes sociais, não consegue mais conter a luta de classes. Os trabalhadores começam a desenvolver uma consciência de classe e suas reivindicações não encaixam mais no populismo e as idéias de esquerda começam a parecer mais atrativas e com propostas mais concretas para a solução dos problemas sociais.

De 1945, quando conseguiu sua legalidade enquanto partido até 1964, o PCB era no Brasil, a principal força de esquerda de inspiração marxista, acreditava na Revolução etapista nos moldes da Revolução de 1917 na URSS e para tanto acreditava na existência de uma burguesia nacional progressiva,

²⁰ GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. *A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas a luta armada*. Editora Ática. 3ª Edição São Paulo, 1987.

que veio a cassar a legalidade do partido em 1947. Fato que começou a gerar questionamentos dentro do próprio PCB.

No XX Congresso do Partido Comunista da URSS em 1956, Khruchov denunciou os crimes de Stalin e explode no PC – Partido Comunista - uma discussão interna com relação ao mito da liderança carismática ou culto da personalidade, que nada mais é do que aquele líder que acredita no seu papel messiânico, que é o caso de Carlos Prestes, líder do PCB. É claro que sua mitificação não dependia exclusivamente dele, era desprendido de valores materiais e do poder burguês, era um homem que tinha disposição para sacrificar-se em nome das idéias, porém, Prestes começou a se ver como messiânico, como se não precisasse melhorar em nada.²¹ E este é o fato porque, na declaração de março de 1958, onde o PCB adota uma nova linha política, permanece a crença na Revolução etapista e a primeira etapa seria a da Revolução nacionalista, democrática, antiimperialista e antifeudal e a segunda etapa seria a da Revolução socialista propriamente dita. Ambas pacíficas. Lembrando que, o PCB acreditava nesse tipo de Revolução num país onde a burguesia já era classe dominante e se relacionava estritamente com o imperialismo.

De divergências sobre essa nova política originou-se um racha no PCB que culminou com o aparecimento do PC do B – Partido Comunista do Brasil - (stalinista) que se alinhou ao PCCh – Partido comunista Chinês - com

²¹ Cf. GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. *A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas a luta armada*. 3ª Edição São Paulo: Ática, 1987.

influência do maoísmo, mantendo as idéias de Revolução etapista mas que se daria com violência revolucionária e não por vias pacíficas.

Porém, começaram a surgir também adversários do etapismo e com isso novas siglas como o POR - Partido Operário Revolucionário - (trotskista) com uma proposta de Revolução nos pressupostos da Revolução soviética de 1917.

O crescimento das idéias, julgadas por muitos, reformistas do PCB fez com que intelectuais de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais fundassem outra sigla a ORM Polop que foi formada por intelectuais, universitários e jornalistas e se difundiu no meio universitário, mas ficou na teoria e não penetrou no movimento de massas, por isso grupos como o PC do B e a POLOP possuíam uma distância entre a realidade e a retórica.

Da JUC - Juventude Universitária Católica - surgia a AP - Ação Popular - formada por estudantes católicos que propunham uma atuação desligada da hierarquia da igreja, já que esta era contrária a politização de esquerda, propondo um socialismo humanista. A AP também era a favor da revolução imediata sem etapismo, mas diferente do POR e da Polop, atuou no movimento de massas defendendo a luta de base e a luta dos trabalhadores.²²

De 1958 a 1964 o PCB conquistou uma importância real, mas em 62 na Quarta Conferência Nacional do PCB, uma minoria, porém formada por gente de peso, criticou a aliança do PCB com João Goulart que, segundo eles, estava conciliado com o imperialismo e o reboquismo do CGT. No mesmo ano surgiu o MRT - Movimento Revolucionário Tiradentes - muito influenciado pelo

Foquismo cubano, (técnica de guerrilha desenvolvida em Cuba, onde a Revolução partiria do campo) comprou fazendas e começou a preparar o treinamento para a guerrilha e para a luta armada. O movimento das Ligas Camponesas também partiu para essa orientação guerrilheira, pois já sofriam com o estreitamento de sua base social pela transformação dos camponeses em assalariados agrícola. A FMP - Frente de Mobilização Popular - foi a sigla que se tornou centro de encontro de vários partidos, frações partidárias, sindicatos, estudantes, mulheres, profissionais liberais que se uniam em torno da reforma de base.²³ Nesse sentido, com todas essas organizações, o Golpe Militar foi a troca da forma como se controlava a luta de classe, da ideologia já ineficiente do populismo para o controle coersitivo.

Além dessas siglas, a Revolução Cultural Chinesa, a Revolução Argeliana, a Guerra do Vietnã, a Revolução Cubana com seu foquismo também fizeram a cabeça da esquerda. Unida a isso temos o livro *A Revolução Brasileira*, de Caio Prado Jr. que criticava o reboquismo do PCB, a existência de uma burguesia nacional antiimperialista, a existência do feudalismo no passado brasileiro e a permanência de seus resquícios, bem como depreciava o populismo, como Octavio Ianni²⁴, colocando a Polop e AP como sendo as organizações menos contaminadas pelo populismo burguês.

Autores como Gorender, consideram que essas produções baseiam-se na teoria de dependência que absolutiza a causalidade do sistema imperialista

²² Idem

²³ Idem

²⁴ IANNI Octávio. *O Colapso do Populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

mundial e leva a subestimação ou a omissão das causalidades internas dos países²⁵.

E apesar de poder constatar através dessa análise que a grande maioria dessas siglas que fazem parte da esquerda considerarem a via pacífica para Revolução uma idéia falida, isso não foi suficiente para unificá-las, pois para além do caminho para a luta armada estavam as influências teóricas, os antecedentes partidários e/ou doutrinas que auxiliaram a proliferação das siglas de esquerda, mesmo na luta armada.

O foquismo Cubano foi umas das teorias que norteou a luta armada colocando a existência de condições objetivas para a Revolução em todos os países da América-Latina, condições estas, que estavam acima das peculiaridades de cada país. O Maoismo também foi uma teoria que encontrou seu espaço na luta armada, devido ao seu papel na Revolução Cultural Chinesa, porém esta subordinou o fator militar ao político numa Revolução etapista.

Neste contexto, o PCB começou a perder seu prestígio, pois mesmo após o golpe pregava a crença na burguesia nacional e na tradição democrática das forças armadas. Posição que começou a ser questionada por alguns membros do próprio partido que, por isso, acabaram sendo expulsos, entre eles Jacob Gorender e Carlos Marighela que era primeiro secretário do comitê Estadual do PCB de São Paulo.

²⁵ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas a luta armada*. 3ª Edição São Paulo: Ática, 1987.

Após sua saída do partido, Carlos Marighela montou uma organização voltada para a luta armada sem a estrutura burocrática de um partido, conhecida como ALN - Aliança Libertadora Nacional -, cujo princípio básico era a ação, que para Marighela significava, luta armada, violência revolucionária, guerrilha, sair da teoria e partir para prática, etc. Este ativismo antiteoricista e sua exaltação da violência aproximaram essa organização do anarcosindicalismo, pois sua organização não possuía uma direção centralizada, era formada por grupos com liberdade de iniciativa, mas que herdavam o foquismo, ainda que adaptado a realidade brasileira. Seu quadro básico de militância vinha da dissidência do Movimento Estudantil de São Paulo.

Já, Gorender optou pela reorganização partidária fundando em meados de 1968 o PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário -, um partido que tentou unir a pressão para a luta armada com a tradição marxista. O PCBR pregava a independência de idéias externas e colocava que a burguesia nacional não era a potência revolucionária, pois estava associada aos latifundiários ao capital estrangeiro.

Em 1966 o PC do B era quase uma cópia do PCCh e, apesar de a favor da luta armada desde sua fundação em 62, sua falta de ação prática resultou em rachas que criaram o PCR – Partido Comunista Revolucionário - e o PC do B - Ala Vermelha, este colocava a luta armada imediata nos moldes foquistas, do zero, pois com a repressão era impossível preparar as massas.

A AP, apesar da grande influência do foquismo e de sua opção pela luta armada, rejeita o imediatismo desta e pregava, sobre influência do Maoísmo, a estratégia de guerra popular prolongada. E essa não foi a única transformação da AP, a Revolução socialista imediata foi trocada pela Revolução etapista, já que a doutrina maoísta destacava o caráter feudal da sociedade brasileira.

Todas essas mudanças provocaram um racha e o surgimento do PRT – Partido Revolucionário Trotskista –, que retomou o caminho da Revolução imediata, pautada na teoria da dependência que apontava a luta armada, com o campo como área fundamental e a guerrilha como luta, como sendo o melhor caminho. E em 1971 a AP optou pela organização partidária tornando-se a AP-ML, Ação Popular Marxista-Leninista.

O POR continuou fiel à ortodoxia trotskista, considerava que o golpe de 64 não tinha uma base social e, por isso, poderia ser derrotado pela luta de massas, recusando assim, o caminho da luta armada. Recomendou o voto nulo nas eleições parlamentares e, ao contrário do PCB, não se aliou a oposição burguesa repelindo o contato com o MDB, partido que surgiu da reestruturação política determinada pelo AI-2 como sendo oposição. O POR não era contra o nacionalismo governamental, apesar deste ser autoritário, mas outros rachas vieram e muitos militantes estudantes saíram do POR e formaram o Movimento Estudantil 1º de Maio, em homenagem ao 1º de maio de 68 na praça da Sé, em 71 mudou o nome para Organização Comunista 1º de Maio.

Dessa forma, é possível observar que as esquerdas nasciam da cisão ao invés da união, fato que segundo muitos autores, participantes dessas

organizações, dentre eles, Gorender, deixou a esquerda despreparada para o enfrentamento da ditadura militar.

Outra questão de fácil observação é que, embora muitas siglas propusessem a guerrilha rural, a única experiência desse tipo que tivemos foi a da região do Araguaia desencadeada pelo PC do B entre 1972 e 1974.

Assim, podemos perceber três grandes questões que dividiam a Esquerda: o caráter da revolução brasileira (se seria etapista ou não), as formas de luta para chegar ao poder e o tipo de organização necessária para alcançar a revolução. Porém, faltava a esquerda armada, como um todo, uma análise real das classes sociais e do capitalismo brasileiro e latino americano.

O tipo de organização que a esquerda deveria ter era muito questionado. Discutia-se a necessidade ou não de um partido nos moldes marxista-leninistas e a necessidade de teoria, ou seja, se o caminho para a revolução seria o partido ou a ação militarizada. Porém a crença de que essas organizações, seja qual fosse o caminho escolhido, seriam a vanguarda da revolução era quase um consenso:

“Toda a esquerda armada compartilhava a idéia de uma vanguarda detentora do caminho da libertação, onisciente das leis da história, quem sabe, melhor do que os próprios trabalhadores dos caminhos da revolução, encarnando uma consciência de classe preestabelecida.”²⁶.

²⁶ RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. Editora Unesp. São Paulo, 1993. Pág.42

O POR(t) acreditava na tradição bolchevique de insurreição das massas trabalhadoras. O PC do B e a AP, na Guerra Popular prolongada, além disso, como já colocado, o Guevarismo, o Maoísmo e o Foquismo norteavam (ou desnorteavam) a esquerda. Mas, todas as organizações armadas propunham iniciar a guerra de Guerrilhas pelo campo, não negavam (em tese) a participação das massas urbanas e colocavam a necessidade da guerrilha urbana para arrecadar fundos e manter a guerrilha rural, bem como a própria organização.

Porém, após o AI-5, em 68, as ações armadas não eram apenas vinculadas a manutenção e preparação da guerrilha no campo. Algumas ações armadas urbanas começaram a ter a função de propaganda para conscientizar os operários e a função de manter os militantes clandestinos e a própria organização.

Os grupos armados acreditavam em um poder maior do que o real e a agitação política e cultural de 68, o sucesso de algumas ações armadas, bem como o fascínio da clandestinidade contribuíram para isso e essa prepotência era, nesse sentido, inversamente proporcional à violência e arbitrariedade do regime militar.

O antiimperialismo, a necessidade da guerrilha rural (foquismo) mantida pela guerrilha urbana para findar com o imperialismo mantido pela ditadura a fim de promover o desenvolvimento do Brasil e a mudança do regime, eram alguns pressupostos teóricos que unia de, alguma forma, a esquerda

guerrilheira, pressupostos que segundo essa esquerda armada eram inquestionáveis.

O fato de serem fruto de um golpe, de um regime militar que repressivamente reorganizava a sociedade brasileira para a “modernização conservadora” com partidos tradicionais de esquerda que já não eram capazes de conter essas transformações, também os unia, ou seja, existia todo um contexto histórico preciso que os levou a lutar, e muitas vezes, só assim é possível compreender essa luta armada da esquerda brasileira. Apesar dessas semelhanças e de fazerem algumas ações conjuntas, as divergências já citadas impediam a unificação.

Com o aumento da repressão a resistência armada tornou-se uma das únicas opções para quem era contra o regime, mas não era apenas isso, a resistência armada era um reflexo da luta de classes e de que os problemas, gerados pelo capitalismo não encontravam soluções dentro do próprio sistema.

No início da década de 60 as classes trabalhadoras estavam adquirindo uma consciência crítica e democrática que foi ceifada pelo Golpe Militar, já que o populismo não era capaz de conter a luta de classes, portanto, após o golpe a resistência foi empreendida por uma grande parcela da classe média politizada.

Os artistas, principalmente a classe teatral, também apoiaram as organizações de esquerda e foram perseguidos, indiretamente, pela censura de seus teatros e, diretamente, por ameaças, pressões, torturas e exílio, mas

não foi suficiente para abortar o florescimento cultural dessa época no Brasil, não pelo menos até o AI-5 em 68.

“O golpe militar truncou uma fase de excepcional florescimento da cultura brasileira. A politização das massas tornou-se o terreno fértil sobre o qual frutificaram iniciativas de cultura popular como nunca havia ocorrido em épocas anteriores. Sem dúvida com certa marca de populismo e de otimismo ingênuo, um impressionante impulso intelectual acompanhou o maior movimento de massas da história brasileira. Impulso tão criativo e poderoso que se revelou capaz de passar por cima do Golpe antidemocrático e ainda brilhar intensamente até o fechamento completo da ditadura militar no final de 1968.”²⁷.

Entre 1964 e 1968 o debate político era marcado pelas idéias de Revolução não apenas política e econômica, mas cultural e pessoal, uma “Revolução nos costumes” que foi findada pelo AI-5 que abriu caminho para a indústria cultural e para “cultura digestiva”, de consumo, o circo ilusor das massas.

²⁷ GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas. A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. Editora Ática. 3º edição. São Paulo, 1987.

Capítulo II: DO MOVIMENTO ESTUDANTIL A LUTA ARMADA, SIMPLES OPÇÃO?

Com a análise realizada no capítulo I, é possível perceber não só o momento histórico em que o movimento estudantil e a luta armada estão inseridos, como também as dificuldades com relação às divisões da esquerda, dificuldade que quase dobra ao tratarmos dos estudantes que além de serem perpassados por essas divisões, possuíam outras, que caracterizam esses movimentos.

A geração de 1968 possuía uma paixão e foi à luta disposta a entregar a vida pelos ideais buscados, uma geração que experimentou limites sexuais, comportamentais, mas também políticos, nos deixando uma herança moral, num país, onde a ideologia dominante imprime um caráter desmemoriado e totalmente sem ética.

Essa geração questionava valores ditos burgueses como a fidelidade, o ciúme, a monogamia, a virgindade, o casamento. Estavam em busca de novas profissões, de relações descomprometidas, ou mesmo da solidão. A ordem era experimentar o novo, negando a cultura que separava arte e vida, política e existência, discurso e ação, teoria e prática, propondo assim, uma ruptura com a geração anterior, uma ruptura para o além da política, uma ruptura comportamental que colocava em xeque a moral vigente.

Mesmo a esquerda radical, que propunha uma Revolução total, não lidava muito bem com essa mudança comportamental descriminando certos

comportamentos, principalmente, como já colocado, o homossexualismo e o uso de drogas. Quebrar com esses valores não era tão fácil como falar em quebrá-los e, nesse sentido, a juventude do mundo todo parecia iniciar uma *“Revolução planetária”*.

“Eles assustavam a ditadura, sonhavam em vários Vietnams no mundo, acreditavam que a imaginação ia tomar o poder e amavam a Revolução.”²⁸

O golpe de 64 não abortava apenas os sonhos políticos, mas toda essa transformação comportamental e talvez essa geração *“tenha sido a última geração literária do Brasil – pelo menos no sentido em que seu aprendizado intelectual e sua percepção estética foram forjados pela literatura. Foi criada lendo, pode-se dizer, mais do que vendo.”²⁹*

O cinema e a música eram suas mídias preferenciais, era onde experimentavam a linguagem e a ação política, porém a maior parte das manifestações dos estudantes era pobre em recursos visuais.

Os universitários tinham preferência pelos pensadores de esquerda, principalmente pelas obras que auxiliavam a uma “pedagogia revolucionária”. A leitura de um livro, um filme, ou um quadro ganhavam sentido e significados, que nem o autor havia pensado. O livro *“A Revolução Brasileira”* de Caio Prado Jr., que criticava a visão do PCB de que o Brasil era um país com resquícios feudais, que embasava as organizações de esquerdas surgentes, era como uma bíblia para essa juventude, bem como Marcuse, Marx, Sartre, também

²⁸ VENTURA, Zuenir. 1968 *O ano que não terminou*. 39ª impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

fizeram as idéias do ME. A maior parte dos estudantes defendia a Revolução imediata.

*“É fácil condenar hoje o voluntarismo daqueles jovens que acreditavam mais na vontade do que na razão. Mas como não ser voluntarista sendo contemporâneo de Fidel Castro, Che Guevara, Mao e Ho Chi Minh? Realmente poucas vezes a história reunia tantos argumentos em favor das famosas condições subjetivas, em detrimento das ‘objetivas’.”*³⁰

Com essa frase de Zuenir Ventura podemos perceber como várias idéias começaram a ressoar no Brasil, como os estudantes começaram a se identificar com elas e como o momento histórico propiciava isso. É um momento em que o mundo todo está questionando o capitalismo que se prova incapaz de proteger as pessoas, lhes garantir qualidade de vida e que, no Brasil, tem-se a derrota desses questionamentos pelo Golpe militar e nesse contexto não dava mais para só debater-se, era necessário a prática, o desafio passa de discutir a revolução para fazer a revolução. O marxismo atraía muito pela explicação detalhada, pela lógica, pelo maniqueísmo, deixava claro todos os mecanismos do capitalismo, porém, Marx havia morrido há três eras capitalistas atrás e pegar sua teoria e aplicá-la à realidade brasileira, à realidade latino americana, poderia ser anacrônico. Apesar das influências a teoria não vinha pronta e acabada como a direita, muitas vezes, tentou mostrar.

As duas maiores lideranças do Movimento Estudantil na época eram Vladimir Palmeira (presidente da UME) e Luiz Travassos (presidente da UNE –

²⁹ Idem
³⁰ Idem

União Nacional dos Estudantes) que possuíam algumas divergências. Travassos pertencia a AP, que como já foi colocado era uma organização de influências maoístas que acreditava na luta armada, já Vladimir Palmeira era da DI-GB – Dissidência Guanabara -, uma dissidência do PCB influenciada pelo foquismo. Travassos tinha a ilusão de que seria possível uma aliança operário-camponês-estudantil e que atrairia os operários enquanto Vanguarda, já Vladimir Palmeira pregava a autonomia do ME combatendo sua visão messiânica. As organizações de esquerda faziam seus quadros no ME. A UME era controlada pela DI-GB (um racha do PCB), já o controle da UNE ficava com a AP e com PC do B, a Corrente (PCBR), também possuíam expressões no Movimento Estudantil.

Podemos perceber que toda essa divisão passa bem mais pela paixão do que propriamente pelas ideologias e que, apesar de algumas divergências, eram de esquerda.

De 1966 a 1968 os estudantes passaram mais tempo em protestos que estudando, fato que a direita criticava dizendo que os estudantes só queriam fazer política e não queriam estudar. Mas a questão não é essa, a questão é que tudo era político todas as esferas eram politizadas, até as mais íntimas e o teatro, a música, o cinema, o próprio comportamento refletiam os rachas das esquerdas e suas várias siglas. As metáforas e “agressões” deixam de ser apenas simbólicas, começa-se a acreditar mesmo na conscientização através do choque, produzindo uma cultura contra a cultura fácil, oficial.

É notável a mobilização estudantil nos grupos de esquerda, inclusive armada, especialmente entre 66 e 68. As dissidências universitárias do PCB eram uma das principais fontes de militância para a luta armada. Após 64, a maioria dos militantes de esquerda era jovem, principalmente os da esquerda armada:

*“Os jovens acorreram preferencialmente para as “novas esquerdas”, única alternativa visível ao PCB, cuja estrutura arcaica e stalinista não era capaz de dar conta da complexidade da sociedade brasileira, nem da novidade dos movimentos sociais dos anos 60, tampouco da transformação revolucionária da ordem estabelecida – a julgar pelo fracasso da política do Partido em 1964 e principalmente, pela ausência de resistência do PCB ao golpe, que abalou moralmente grande número de militantes e simpatizantes, especialmente os mais jovens.”*³¹

Assim, o clima político – cultural dos anos 60 estimulava a militância dos jovens no movimento sociais, além do que, a “aparente” ação das esquerdas armadas os atraía muito. E, apesar das divergências da esquerda o ME não era um movimento em que as lideranças e as bases reais possuíam bandeiras diferentes, a orientação política não era dada pelos líderes e sim pelo próprio movimento. E devido à repressão cada vez maior, o ME começou a incorporar cada vez mais reivindicações. *“LIBERDADE PARA OS PRESOS! Virou a nova exigência do ME em ebulição (...)”*³².

Além disso o fascínio da clandestinidade atraía, principalmente o jovens. *“A emoção de ir se esconder do DOPS em nome de uma causa mais elevada. Trocar o conforto pequeno-burguês do lar pela misteriosa clandestinidade da*

³¹ RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. Editora Unesp. São Paulo, 1993. p. 120

*luta junto ao povo*³³ fazia com que os jovens “escolhessem” sua classe social. E havia também o romantismo da luta armada, principalmente quando se trata da união de algumas organizações em algumas ações:

*“Eu vibrava com a notícia da união de todas aquelas organizações. A divisão da esquerda sempre me incomodara. Quanto mais unidos, melhor. Vibrei mais ainda quando me disse o nome escolhido pra organização VAR(Vanguarda Armada Revolucionária)-Palmares. Referia-se a mais linda das raízes históricas da luta do nosso povo, a epopéia do Quilombo dos Palmares, dos escravos livres de Zumbi. Com esse nome ia longe, pensei.”*³⁴

Nesse sentido os próprios fatos após 68 e o AI-5 levariam essa militância política à esquerda, principalmente à esquerda armada, não só o aumento da repressão e a insatisfação geral com a ditadura, mas a atuação exercida pelas primeiras ações armadas criava um contexto no qual a ação aparecia como “saída natural”.

Para além da agitação cultural da década de 60, da crise econômica, a tradição do ME na luta pelas reformas de base, liberdade democrática, reforma universitária, reprimidas pelo regime militar contribuiu para que as organizações de esquerda penetrassem na massa estudantil que, com o fechamento total de AI-5, aderiu à militância clandestina.

Muitos estudantes que pertenciam a elite procuravam o ensino público, na época muito valorizado, onde começava, geralmente, a militância. Primeiramente, com relação aos problemas do colégio e educacionais no geral.

³² SARKIS, Alfredo. *Os Carbonários*. 14ª edição. Rio de Janeiro. Record, 1998.

Não chegavam a ser esquerdistas, mas como lutavam a favor da liberdade de expressão e atividades extracurriculares dos alunos, com o passar do tempo e dos protestos, essas pessoas se aproximavam da esquerda, que também atraía pelo fato de preocupar-se com a sociedade para além das futilidades que estavam acostumados.

O CAP (Colégio de aplicação da Faculdade Nacional de Filosofia) era um desses exemplos. Para além das questões relacionadas ao CAP: o fechamento do grêmio, a censura ao jornal da escola, ou seja, a falta de liberdade de expressão, os estudantes secundaristas começaram a se identificar com os objetivos das passeatas convocadas pela UME e pela AMES contra as condições do restaurante universitário do Calabouço e os acordos MEC-USAID que resultariam no ensino pago. Assim, com a conscientização os estudantes começam a perceber como os problemas educacionais fazem parte de algo maior. Dessa forma, as lutas estudantis começaram a se confundir com lutas maiores, pois os problemas educacionais refletiam a sociedade e todo um sistema de repressão que castrava a educação. Segundo Sirkis:

*“Entendi então que nossa briga não era isolada, que não era contra uma diretora arbitrária, que queria tolher a nossa liberdade de expressão e debate. Era um fenômeno mais geral, era toda uma política educacional destinada a embotar, castrar intelectualmente a juventude. Então os universitários que faziam aquelas passeatas no centro da cidade não eram baderneiros, interessados apenas em promover agitação e bagunça. Estavam em luta porque tinham problemas parecidos com os nossos”.*³⁵

³³ Idem, p. 123.

³⁴ Idem, p. 148.

³⁵ Idem, p. 62, 63.

Após o Golpe muitas universidades foram atacadas e/ou invadidas a fim de desorganizar a liderança estudantil, afetando o “funcionamento das entidades estudantis”, substituindo DA’s e DCE’s, bem como no próprio ensino médio, os grêmios, por instituições controladas pelo governo através da Lei Suplicy. E para resistir a essa lei e as medidas autoritárias do governo a favor da “livre expressão do movimento estudantil”, estudantes de esquerda e liberais se uniram, com exceção do universitários do Mackenzie e do Direito da USP que eram de extrema direita.

Também houve uma gradativa diminuição de recursos e investimentos destinados à educação, principalmente superior e uma repressão cada vez maior aos estudantes e suas entidades, gerando insatisfação geral dos estudantes e a retomada da luta por uma Reforma Universitária que privilegiasse a qualidade do ensino, unindo assim, tanto estudantes que já lutavam contra a ditadura, quanto aqueles que achavam injusta e deturpada a reforma que o governo estava fazendo com os acordos MEC-USAID.³⁶

Assim, a posição do governo após o golpe e os rumos políticos e econômicos que o país foi tomando, contribuíram para a união dos estudantes e para a união das suas lutas reivindicativas em torno da luta contra a ditadura. E a partir de 68 começa o refluxo do movimento estudantil, bem como de outros movimentos de massa em favor da luta armada como caminho diante de toda repressão.

³⁶ Cf. RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. Editora Unesp. São Paulo, 1993.

Com o passar da década de 60 o caráter reivindicativo que formava uma consciência transformadora, começou a ser posto de lado por limitar o ME, que foi sendo trocado pela militância em organizações de esquerda, principalmente após o bloqueio político do AI-5. Essa fuga do ME devido a repressão e a limitação das reivindicações auxiliou o crescimento das organizações armadas, mas nem por isso, os limites foram superados.

As organizações de esquerda não guiavam o ME, eram sim “correntes de opinião” e muitas delas nasceram dentro do próprio Movimento Estudantil. Nesse período, diferentemente de hoje, a UNE tinha raízes com a base a qual representava, onde floresciam grupos de esquerda que pegariam em armas.

Muitos autores como João Roberto Martins Filho³⁷ colocam que o Movimento Estudantil por ser composto basicamente pela classe média teria passado a posição política oscilante dessa classe às esquerdas armadas, que por isso, foram derrotadas. Essa posição não considera o fato de que a ideologia burguesa sempre foi dominante na sociedade como um todo e não somente na classe média, o proletariado também via nos estudos a possibilidade de ascensão social, ninguém está completamente imune à ideologia dominante, ainda que possua uma consciência crítica. E, independentemente de que classe venham os estudantes, o ME, como os movimentos sociais em geral, reflete a luta de classes, a luta dos despossuídos por cidadania e direitos iguais. Além disso, o estudante também vive o tempo do trabalho, ainda que seja a falta dele ou a preparação para alcançá-lo. Esse tipo de análise fez com que a não movimentação pró- revolução dos operários

fosse vista como sendo causa única e exclusiva da repressão e que a vanguarda seria capaz de conscientizá-los para isso:

“Achávamos que a classe operária tinha propriedades inatas de combatividade e liderança, qualquer coisa que fizesse seria forçosamente grandiosa e irresistível. Que o arrocho salarial, a superexploração eram fatores que automaticamente geravam combatividade e predisposição para a revolta. Faltava apenas o fator consciência, que – vinha necessariamente de fora da classe, da vanguarda preparada teoricamente.”³⁸

Há que se destacar que, apesar de todas as condições objetivas, já colocadas, existentes no Brasil para a revolta estudantil, essa é uma época de “crise da cultura burguesa” nas universidades do mundo todo, havia uma simbologia e acontecimentos que não se limitavam às fronteiras.

A violência policial da repressão fez com que parte da opinião pública se solidarizasse com o movimento, as manchetes destacavam atos de violência e a população indignada começou a pensar que “poderia ser o meu filho”, aumentando os protestos que ganhavam apoio da população em todo país, gerando um ciclo vicioso de repressão, violência e manifestações. Mesma violência que dá o tom em diversos países.

Nesse sentido, 1964 foi o divisor entre o passado populista e o futuro ditatorial no Brasil consolidado em 68 com o AI-5. O governo implantado em 64 não controlava apenas a política, como já colocado, nos primeiros meses com a Lei Suplicy de Lacerda que procurava extinguir os DCE's as UEES e a

³⁷ MARTINS FILHO, João Roberto. *A Rebelião Estudantil: 1968 México, França e Brasil*. Campinas, SP. Mercado de Letras, 1996.

³⁸ SARKIS, Alfredo. *Os Carbonários*. 14ª edição. Rio de Janeiro: Record, 1998. p. 126

própria UNE colocando em seu lugar instituições organizadas pelo Estado, mostrou como trataria os estudantes e qualquer um que questionasse o governo. Depois propôs uma reforma universitária que resultaria em pagamento de mensalidade, além de proibir livros, filmes, peças de teatro e perseguir os intelectuais e os artistas engajados.

A classe média que apoiara o golpe, agora via seus filhos presos e humilhados em invasões às universidades e o etapismo e o pacifismo da revolução colocada pelo PCB perderam definitivamente a credibilidade apontando a luta armada como único caminho.

Dessa forma o Golpe Militar só evidencia ainda mais a falência do modelo universitário existente e em 64 este governo traz um projeto de Reforma Universitária nos moldes estadunidenses, completamente oposto as aspirações estudantis:

“Na nova concepção, a universidade passa a ser vista como peça fundamental, para o avanço da política econômica favorável às grandes empresas. Sua função primordial seria fornecer mão-de-obra tecnologicamente qualificada. A consciência política, a crítica social e a criatividade humanista deveriam ser erradicadas.”³⁹

Graças a grande resistência estudantil, hoje, apesar das universidades serem divididas e organizadas em departamento e institutos, a despolitização, bem como a implantação do ensino pago foram apenas parcialmente vitoriosos.

³⁹ MARTINS-FILHO, João Roberto. A Rebelião Estudantil: 1968 México, França e Brasil. Campinas, SP. Mercado de Letras, 1996. Pag 24.

Apesar de toda influência que as organizações de esquerda implicavam ao ME e vice-versa, foi em 68 com a repressão total que o Movimento Estudantil tornou-se uma passagem para a luta armada.

O governo militar, quando o golpe completava seu 4º aniversário esteve prestes a declarar o AI-5, mas não o fez. Enganam-se os que acham que a rebeldia extrema do ME e a insubordinação do Congresso foram os únicos fatos que levaram Costa e Silva editá-lo em dezembro de 1968. O AI-5 foi só o ponto culminante de uma situação insustentável que se iniciou em 28 de março de 68 com a morte do estudante secundarista Édson Luís pela PM numa manifestação no restaurante estudantil do Calabouço; não somente os estudantes, mas setores da população ficaram revoltados com a violência com que o governo tratava seus estudantes.

Mesmo com toda ordem com que foi feito o cortejo e o enterro de Édson Luís, o governo proibiu as manifestações estudantis de rua e, indignados, os estudantes decidiram comemorar à sua maneira os 4 anos de golpe em abril de 68. Com paus e pedras paralisaram o Centro do Rio de Janeiro por mais de três horas no dia 18 de abril de 68 e começaram a utilizar contra as autoridades o que haviam aprendido com elas, a violência e a luta armada apareceu no horizonte:

“Pela primeira vez se formaram grupos de choques com porretes e atiradeiras. O centro da cidade, na hora do ‘rush’, fervilhava de excitação. Pequenos bolinhos de estudantes em toda parte, e a massa de transeuntes parecia atenta, esperava algo.”⁴⁰

⁴⁰ SARKIS, Alfredo. *Os Carbonários*. 14ª edição. Rio de Janeiro: Record, 1998. p. 88

Nesse sentido o Movimento Estudantil no Brasil foi bem específico, a ditadura militar era um inimigo concreto, isso fez com que a “sexta-feira Sangrenta” no Rio de Janeiro, fosse mais violenta e deixasse mais feridos do que as barricadas de maio de 68 em Paris. Além disso, a população começou a apoiar o movimento participando da manifestação. As invasões às universidades chocavam não apenas pelas agressões físicas, mas pela humilhação que os estudantes eram submetidos, as imagens dos soldados urinando nos estudantes, passando os cassetetes por entre as pernas das moças e obrigando-as a andar de quatro chocou e revoltou a população do Rio de Janeiro:

“Se cada época tem seu som, o de 68 vai ser encontrado nas ruas, em meio aos ruídos de bombas, e cascos de cavalos, sirenes.”⁴¹

Mesmo nas passeatas era possível visualizar o racha do ME e das esquerdas no geral, através dos gritos. Uns gritavam “só o povo armado derruba a ditadura” outros gritavam “só o povo organizado derruba a ditadura”. Assim, as passeatas mostravam a força do ME, mas também seus limites. Apesar de Costa e Silva temer perder o controle, ao estudantes não tinham um projeto político definido, tinham pautas de reivindicações, apenas.

Com exceção do PCB, todas as siglas de esquerda, bem como o próprio ME não tinham um sistema de segurança eficaz, sendo fácil o acesso e a entrada, que não continha as infiltrações, o fato das organizações de esquerda subestimarem a inteligência militar também contribuía para as infiltrações.

⁴¹ VENTURA, Zuenir. *1968 O ano que não terminou*. 39ª impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

Durante 68 todas as formas de radicalismo foram tentados no Brasil, de esquerda, de direita e do próprio Estado:

“A medida que a intolerância ia tomando conta do governo, a única resposta possível parecia ser o radicalismo, que se manifestava no movimento estudantil, na política, nas artes e no show biz. Longe iam tempos em que o diálogo ainda podia ser pelo menos uma esperança. Era hora do enfrentamento. As esquerdas lutavam contra a ditadura e, preferencialmente, entre si. A intolerância não tinha mais ideologia.”⁴²

Os estudantes também lutavam entre si, e episódios como o da Rua Maria Antônia em São Paulo onde os estudantes da Faculdade de filosofia da USP com armas recebida da ALN e da VPR enfrentaram os estudantes do Mackenzie para defender o prédio da USP contra a invasão do Comando de caça aos Comunistas (CCC), composto pelos estudantes do Mackenzie e policiais, faziam com que a população desconfiasse das lutas do movimento estudantil, começa o momento de descenso do ME.⁴³

Nesse momento muitos grupos de esquerda já começavam atentados e assaltos para manter a luta armada. A repressão começou a ficar cada vez mais feroz e os artistas eram espancados e caçados pelos grupos de extrema direita. E foi dentro desse clima de guerra que o ME tentou realizar o XXX Congresso da UNE, um suicídio político, pois reunir mais de mil pessoas clandestinamente é quase impossível, principalmente devido a facilidade das infiltrações. Assim, no sábado 12 de outubro de 68, cai o congresso de Ibiúna e com ele o sonho de uma geração, muitos estudantes foram presos e outros

⁴² Idem. p. 201

⁴³ Maria Cecília L. dos (org.). *Maria Antônia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1998.

tantos exilados, dos estudantes presos, muitos deles só seriam libertados em 69 em troca do embaixador americano seqüestrado pela organização MR-8.⁴⁴

Após o AI-5 os movimentos seriam castrados e sem nada poderem fazer para mudar e muitos estudantes começaram a fazer do ME um caminho para a luta armada. A partir daí, centenas de estudantes, intelectuais, artistas e jornalistas foram presos, torturados e muitos destes “desapareceram” levando com eles a luta dessa geração.

Dentro das organizações de esquerda e, principalmente, dentro do Movimento Estudantil não podemos esquecer dos simpatizantes das causas, parente de militantes conhecidos e outros tantos anônimos sem os quais os movimentos e ações contra a ditadura não se realizariam.

Um depoimento interessante nesse sentido, é o de Ana Maria Machado⁴⁵ que acabou participando do movimento, mas não estava no “olho do Furacão”, ela era irmã de um dos líderes do ME da época e sua experiência fez com que ela vivesse e sentisse a ditadura de uma maneira muito singular, retratada por ela em forma de romance que mistura a realidade da década de 60 com a ficção. Podemos perceber presente em seu livro a visão de uma mulher independente, jornalista, numa sociedade machista e preconceituosa, governada ditatorialmente.

Podemos constatar como a militância começa a se fundir com a vida das pessoas, não somente dos militantes, mas dos que estão à sua volta, amigos,

⁴⁴ GABEIRA, Fernando. *O que é isso companheiro?* 2ª edição. São Paulo. Companhia das letras, 1996.

⁴⁵ MACHADO, Ana Maria. *Tropical sol da liberdade*. Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1988

parentes. Como o fato de ser parente de um líder estudantil, ajudá-lo muitas vezes a se esconder, levava as pessoas por um caminho que nem sempre haviam escolhido, mas que era o único caminho daqueles que simpatizavam com a luta, pois se você não estivesse a favor do regime, estava contra e isso o colocava sob os mesmos perigos de quem estava no centro do movimento.

Somente quando uma pessoa se aproxima do movimento é que consegue ver e entender realmente o que estava acontecendo, pois a imprensa, primeiro por apoiar o regime e depois pela censura, deturpava muito a imagem da luta contra o regime. É só quando se vê o movimento claramente que se percebe a diferença entre a luta armada e terrorismo, pois este significa partir para violência enquanto existiam outras formas de protesto e o que podemos perceber com toda essa análise é que muitos não escolheram a luta armada, mas não havia outro caminho, não havia imprensa livre, liberdade de expressão, etc. E num país injusto, desigual, num sistema que produz miseráveis é praticamente impossível ficar neutro, isso colocou a população que apoiava o movimento na mesma mira da repressão.

Apesar da censura da repressão estancar a circulação de informação e a utilização da propaganda e do milagre econômico no engodo das massas populares que, muitas vezes, por isso, nem sabiam o que estava acontecendo, a partir de 68 e da morte de Édson Luís em março as passeatas e manifestações aumentaram e o apoio da opinião pública chocada com o tratamento dado aos estudantes também.

Em abril do mesmo ano os acordos MEC–USAID também fizeram aumentar os protestos, os cercos às universidades a fim de prender os líderes dos movimentos e episódios como o do campo do Botafogo, no Rio de Janeiro, para onde foram levados inúmeros estudantes que mais tarde saíam em fotos nos jornais deitados com o rosto no chão, levando chutes, coronhadas, cacetadas e sendo urinados pelos militares fizeram com que a população se revoltasse realmente contra o regime, revolta que no Rio culminou na passeata dos Cem mil, mostrando o grande descontentamento com o regime, mas que não foi capaz de findar o ciclo repressão - manifestação - mais repressão e as buscas aos líderes esquerdistas se transformaram em verdadeira pilhagem.

Assim, a repressão utilizou-se de duas armas fantásticas: o medo e a desinformação. O medo, que é a mais eficaz, as pessoas tinham medo de discutir sobre o que estava acontecendo no país, pois a repressão era ferrenha e ao mesmo tempo a censura transformava desinformação em medo do desconhecido, pois não sabiam ao certo o que aconteceria com eles se fossem contra o regime e essa também é uma forma de tortura.

Para garantir essa desinformação, a imprensa também foi utilizada para distorcer as coisas, como exemplo podemos citar a queda do XXX congresso da UNE em Ibiúna, onde a imprensa insinuava que o Movimento Estudantil não passava de massa de manobra financiada por Moscou “apagando” os problemas sociais concretos contra os quais os estudantes lutavam.⁴⁶

⁴⁶ Cf informações presentes nas obras: GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas a luta armada*. 3ª Edição São Paulo: Ática, 1987 e RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. Editora Unesp. São Paulo, 1993.

Era uma época em que a vida pessoal estava extremamente ligada ao “tempo nacional”. E 68 marcou a vida de muitas pessoas, pois o AI-5 interferiu na vida do país, a repressão ficou violentíssima, os líderes do ME e das organizações de esquerda entraram definitivamente na clandestinidade, os jornais a televisão e o rádio não podiam informar o público, quase tudo era “terminantemente proibido”, mas, diferentemente de hoje, era um inimigo claro, dava para fazer o leitor perceber que a notícia estava sendo censurada, mostrando a farsa da redemocratização.

Mas as organizações de esquerda muitas vezes, tratavam com desprezo os simpatizantes e militantes que não pertenciam a nenhum partido ou organização, como se, por isso, não fossem realmente militantes e como se o fato de pertencerem a alguma organização fosse suficiente para considerá-los de confiança, grave engano, pois se sabe muito bem da grande infiltração da direita em organizações e partidos.

Aliado a isso, o governo considerava que os que não estavam de seu lado, estavam contra e eram um perigo para o regime, fossem ou não de alguma organização. Assim, fazendo do medo sua maior arma e de todos, militantes em potencial, a repressão fez com que todos aqueles que possuíssem um pouquinho só de ética se sentissem ameaçados.

Apesar de todas as divergências encontradas nas organizações de esquerda e que permearam o ME, todas eram frutos de um mesmo período histórico, um período de questionamento do capitalismo no mundo todo, que não vivíamos ainda a crise dos paradigmas das grandes teorias explicativas e,

portanto, a teoria socialista de Marx ainda apontava uma saída. A “cultura burguesa” estava sendo colocada em xeque nas universidades de todo o mundo e, para além disso, eram frutos de um golpe, de uma sociedade que estava sendo reorganizada repressivamente e acreditavam que uma outra sociedade era possível e estavam dispostos a abrir mão de seus desejos por ela.

A necessidade da guerrilha rural, mantida pela guerrilha urbana para acabar com o imperialismo mantido pela ditadura era um pressuposto inquestionável para a mudança do regime, segundo quase toda a esquerda.

Porém essa agitação político-cultural de 68 unidas ao fascínio pela clandestinidade e o sucesso de algumas ações armadas contribuía para que os grupos armados acreditassem num poder maior do que o que possuíam na realidade e isso faz com que, até hoje, as críticas contra esquerda girem em torno das divergências que os fizeram não conseguir derrotar o militarismo e sua repressão, mas será que era realmente inevitável o fechamento total do regime e o cerceamento da sociedade? Será que em nome do que acreditava a esquerda não teria feito o mesmo, mantendo-se no poder? São questões ainda pouco discutidas pelos ex-militantes e que permanecem em aberto.

A geração de 68 estava disposta a entregar a vida pelos ideais almejados, foi com paixão à luta, questionou a sociedade como um todo e, mesmo a esquerda radical não estava preparada para isso e sua posição negativa diante dos novos comportamentos e novos valores, contribuiu para que os jovens se esfacelassem nas diversas organizações que aceitassem melhor a situação.

Assim, muitos são os fatores que os levaram a luta armada e não podemos privilegiar apenas algum ponto de um contexto histórico de amplos motivos, tanto subjetivos, quanto objetivos já colocados anteriormente. O processo como um todo deve ser levado em consideração, foi um momento em que diversos fatores locais, mundiais e simbólicos se uniram e bastava ser um pouco politizado para tomar uma posição contrária ao regime militar brasileiro.

Havia um certo romantismo na luta contra o sistema, um sentir-se bem em abrir mão da vida tranqüila, pequeno burguesa e “escolher sua classe social”, viver na clandestinidade. Até mesmo as pessoas que participavam na “periferia” do movimento, apenas não delatando os militantes ou escondendo-os de vez em quando, compartilhavam desse romantismo e muitas vezes optavam por um exílio voluntário, era fascinante ter que sair do próprio país devido às suas posições ideológicas. Era o que o momento pedia, porém, quebrar realmente com os valores ditos burgueses era muito difícil, como já colocado, é muito difícil não ser influenciado por uma ideologia, valores dominantes, talvez, por isso, fosse tão importante para os militantes, rompê-los e essa era a cobrança que existia entre eles, pois significava uma posição contrária, não apenas à ditadura, mas a todo um sistema que ela refletia.

A politização constante dos jovens e de suas esferas os fizeram ver que os problemas educacionais refletiam problemas sociais maiores e um sistema que produzia esses problemas e isso começou a unir estudantes liberais que apenas lutavam por uma educação de qualidade e estudantes esquerdistas e a possibilidade de uma sociedade onde esses problemas pudessem ser sanados os uniu em torno de uma ideologia e de uma luta por uma outra sociedade.

Acreditavam no poder das organizações e das ações contra a ditadura, acreditavam no potencial do "não", na união das pessoas para dizer não. Esse era, geralmente, o perfil dos estudantes que partiram do Movimento Estudantil para a luta armada. Pessoas que estavam dispostas a derrubar o sistema, minar suas forças e construir uma outra sociedade, ou seja, possuíam um ideal revolucionário que os unia independentemente de suas classes e organizações.

Dessa forma é possível perceber que as divergências da esquerda passam mais pelo campo das paixões do que das ideologias propriamente ditas, as discordâncias pessoais os separava muito mais do que seus ideais e isso se comprova ao analisarmos as organizações armadas que possuíam no seu quadro militantes que já haviam pertencido as organizações mais diversas.

Como uma grande parcela do ME pertencia à classe média, a cobrança entre eles era muito grande, quando alguém desistia do movimento era "desbunde" pequeno burguês e esse tipo de cobrança os faziam permanecer no movimento quando, muitas vezes, pensavam em desistir. Assim, o caminho era a luta e quando as passeatas foram proibidas a luta armada pareceu um caminho natural e, nesse sentido, a cobrança era maior ainda, pois a clandestinidade exigia uma doação total ao movimento e um desligamento total com a vida fora dele.

Sirkis trata de uma experiência quando do seqüestro do embaixador alemão em que ele participava e já estava no esconderijo há muitos dias, escondido até dos vizinhos do "aparelho" e queria sair num horário em que a

rua estivesse vazia para tomar um sol e ver o mar e muitos companheiros taxaram essa necessidade de necessidade burguesa⁴⁷, fato que mostra o medo em acabar criticando algo e possuírem esse algo, ou seja, se estavam contra a burguesia deveriam se libertar de todos os valores, manias e vontades que fossem burguesas, mas como saber quais de suas vontades, manias e necessidades não foram influenciadas pela sociedade na qual você vive? A necessidade de romper com essa sociedade existente chegou, muitas vezes, a um radicalismo ridículo que gerou conflitos dentro das próprias organizações, conflitos nada ideológicos.

Porém, apesar de todos esses questionamentos e conflitos, os militantes que partiram do ME para luta armada, acreditavam que não dava pra desistir diante do fechamento da sociedade e mesmo que desistissem continuariam a ser perseguidos e presos pela ditadura, logo a clandestinidade foi algo forçado pelo próprio regime e já que estavam sendo procurados mesmo, o melhor seria continuar lutando.

Muitos foram os que não escolheram a luta armada como caminho, mas não tiveram escolha e aí não se incluíam apenas militantes, mas simpatizantes do movimento e aqueles que não eram a favor da ditadura e seus mecanismos e, por isso, foram considerados “terroristas” em potencial. Assim, para além do ideal de uma sociedade diferente, da crença no poder do povo, os fatos, acontecimentos e o próprio regime os colocaram diante da luta armada.

⁴⁷ SIRKIS, Alfredo. *Os Carbonários*. 14ª edição. Rio de Janeiro: Record, 1998.

Com toda essa análise foi possível constatar diversos perfis entre os militantes do ME que partiram para a luta armada e os que mais apareceram foram: os que sempre pertenceram à esquerda radical e, apesar de acreditar na necessidade da teoria, esta serviria para guiar a ação prática contra a ditadura, já defendiam esse posicionamento dentro do ME e assumiram-no naturalmente nas organizações armadas. Existiam também, aqueles que lutavam por melhorias na educação e com a constante politização e conscientização, bem como leituras de teóricos que propunham outras ideologias políticas para a organização e explicação da sociedade, perceberam que os problemas educacionais faziam parte de problemas sociais maiores, resultados do sistema capitalista e sua visão sobre o papel da educação e, nesse sentido, a posição política da esquerda era mais atraente e as organizações armadas propunham ações práticas baseadas nessa posição que se diziam capazes de “mudar a sociedade”, ou pelo menos colocar em xeque e atacar a sociedade capitalista, tornando-se um caminho possível. E, finalmente, temos aqueles que, como já foi colocado, não tinham outro caminho a seguir, pois por participarem do Movimento Estudantil já estavam sendo perseguidos pela ditadura e, por isso, já haviam entrado na clandestinidade e optaram por continuar lutando, já que se fossem pegos seriam torturados de uma forma ou de outra. Tive dificuldade em separar deste último perfil, os simpatizantes que perseguidos pelo regime, entraram na clandestinidade e optaram por não se filiar a nenhuma organização ou partido, mas continuaram apoiando os militantes quando necessário e sem os quais muitas ações não se realizariam.

Apesar de possuírem caminhos diferentes no início da militância, são perfis que após o AI-5 acabaram cruzando-se e seguindo o caminho da luta armada

devido ao fechamento e rumos políticos que a própria ditadura tomou a partir de 1968.

Considerações Finais:

Apesar da resistência e da militância do Movimento Estudantil na década de 60, inclusive com muitos de seus militantes partindo para a luta armada, algumas mudanças colocadas pela Reforma Universitária proposta pelos militares foram implementadas e são mudanças que prejudicam a união estudantil na atualidade.

A compartimentalização da universidade pública em departamentos, institutos e faculdades aconteceu e isso fez com que os problemas também se compartimentalizassem e a idéia de todo retirada de cena, os problemas são tratados especificamente, muitas vezes sem levar em consideração a existência de um problema institucional em si, que pode estar ligado ou até mesmo gerando esse problema específico. Além do que, com essa separação, os institutos, departamentos e faculdades não estão dispostos a colocar seus problemas em segundo plano para tratar de problemas da instituição e, muitas vezes, nem têm noção dos problemas de outros departamentos, faculdades e institutos. Os cursos se fecharam e, conseqüentemente, as pessoas também.

Houve a criação dos campi universitários, transformando a universidade num mundo fechado, descolado da sociedade, criou-se uma “comunidade acadêmica” totalmente desligada da comunidade na qual o campus se insere, a sociedade não tem conhecimento do que se passa na universidade e a universidade não tem conhecimento real do que se passa na sociedade que a mantém através dos inúmeros impostos cobrados pelo governo. Isso faz com que a idéia de responsabilidade para com essa sociedade que mantém o

ensino superior público e, na maioria, nem tem acesso a ele, se esfacele, não há mais a idéia de que se deve retribuir a sociedade esse investimento, não apenas com soluções para os seus problemas, mas também com projetos de extensão para que a comunidade tenha acesso ao que a universidade está pensando e fazendo, qual seu papel que hoje, também se modificou.

Essa modificação só é capaz de ser entendida quando paramos para discutir não apenas o papel do ensino superior na sociedade capitalista, mas o papel da educação como um todo nessa sociedade, já um pouco discutida no capítulo I, e que é vista como criação de mão-de-obra para o mercado e, nesse sentido, a universidade é vista como criação de mão-de-obra especializada.

Nesse sentido, além da compartimentalização, as universidades privadas são criadas já totalmente voltadas para o mercado, a produção de conhecimento e desenvolvimento de um pensamento crítico são abolidos a favor de fórmulas prontas e acabadas para serem utilizadas nesse mercado. No caso da área de Humanas, que tenho mais contato, por cursar História numa universidade pública, onde apesar de tudo isso, existem professores e alunos que ainda lutam para que o papel da universidade seja com relação a um pensamento crítico e construção de conhecimento, as universidades particulares, abolem esse tipo de ensino e colocam no seu lugar manuais e fórmulas de como ser professor, esquecendo-se que, as fórmulas ficam ultrapassadas de uma maneira muito rápida, de acordo com as transformações da sociedade e que o profissional formado em bacharelado - que visa ensiná-lo a lidar com diversas fontes, desenvolver um pensamento crítico - e licenciatura está mais preparado para dar aula já que, é capaz de construir conhecimento e

não apenas repassar informações. Não apenas é capaz de construir um conhecimento no qual os alunos se reconheçam e desenvolvam um pensamento crítico, como não fica à mercê deste desgaste do mercado. Porém, isso não é interessante para a sociedade capitalista, nem com relação a tomada de consciência e muito menos com relação ao exército de mão-de-obra que esse tipo de ensino voltado para o mercado cria.

Na década de 70, a universidade pública passou por um processo semelhante, principalmente a área de Humanas. Devido à falta de professores para ministrar OSPB, Educação Moral e Cívica e a necessidade de que o ensino não fosse crítico e mantivesse o regime militar, foram criados os Estudos Sociais, com licenciatura curta; o aluno passava no vestibular e fazia dois anos de Estudos Sociais e depois optava por fazer mais dois anos em História ou Geografia e saía habilitado para dar aulas de História, Geografia, OSPB e Educação Moral e Cívica. Nas décadas de 80 e 90, esse tipo de ensino foi colocado em xeque, felizmente, a favor da formação do professor/pesquisador, que soubesse lidar com as diversas fontes e não apenas a repassar o conhecimento pronto e acabado do livro didático e, a grande maioria das universidades públicas reformularam seus currículos instituindo o bacharelado, a licenciatura plena e abolindo os Estudos Sociais e criando cursos separados de História, Geografia, Ciências Sociais e Filosofia, que foram grandes ganhos para o ensino crítico. Hoje, novamente se discute os currículos devido a implantação da nova LDB que coloca oitocentas horas para a licenciatura e um debate sobre como incluí-las sem diminuir a qualidade do curso e preservando o ensino crítico e a produção de conhecimento. Dessa forma, podemos perceber que os acordos MEC-USAID vem se realizando,

ainda que de forma lenta e gradativa, graças as mudanças que foram realizadas na década de 60 e outros diversos fatores que este trabalho não tem a finalidade de abordar.

A compartimentalização em departamentos, faculdades e institutos, bem como a criação dos campi universitários contribuiu para uma desarticulação do ME e um desligamento entre os estudantes dos vários cursos e dos vários campi que, unido a forma como a educação é vista pelo capitalismo, que faz com que as pessoas procurem as universidades, apenas como forma para entrarem no mercado de trabalho e tudo isso faz com que o meio universitário não seja mais uma caixa de ressonância dos problemas sociais, as questões educacionais e seus problemas perdem a ligação com o todo. E, conseqüentemente essa visão atinge o ensino médio, que antes era uma caixa de ressonância do movimento universitário, bem como dos problemas educacionais ligados a essa etapa do ensino e hoje é apenas o caminho de passagem para o vestibular, para o ensino superior para a inserção no mercado. Perde-se toda a articulação não apenas nas etapas do ensino, como entre si.

A partir da década de 80, tenta-se resgatar essa ressonância que se torna cada vez mais difícil, pela ausência de união entre os estudantes, não apenas pelos motivos já citados, como também por motivos externos a educação, mas extremamente ligados a sociedade capitalista, como por exemplo, o desenvolvimento gigantesco dos meios de comunicação de massas capazes de veicular valores, modos, costumes e hábitos e que a partir da revolução tecnológica vai ser uma grande arma do capitalismo, criando a sociedade de

consumo, imprimindo necessidades para além daquelas ligadas a subsistência, e das quais o ser humano não consegue se desvencilhar, pois a cada dia são criados novos apelos de consumo.

Se antes havia a censura que controlava a circulação de informação e sua chegada a grande massa da população, hoje o capital cumpre esse papel de uma forma muito mais eficaz, já que, durante a ditadura as notícias eram censuradas por um inimigo concreto, agora as notícias atendem aos interesses dos grandes investidores capitalistas donos dos jornais e emissoras de televisão, mas como se vive numa democracia essa “censura” passa despercebida.⁴⁸ Assim, a população fica desinformada com relação aos reais problemas sociais do país, bem como os estudantes com relação as lutas estudantis e os problemas que enfrentam as regiões das quais não fazem parte, fato que, na atualidade, acontece com os mais diversos movimentos e é auxiliado pela depreciação que a mídia faz com relação a eles em seus noticiários, já que a conscientização e luta contra as desigualdades não favorece os capitalistas e a manutenção dessa sociedade de consumo.

Além desses fatos, muitas vezes, nós mesmos imprimimos ao Movimento Estudantil um caráter inativo na atualidade por o compararmos com o ME da década de 60, sem ponderarmos as proporções dos momentos históricos distintos. É claro que o movimento poderia e deveria debater e promover questionamentos muito maiores considerando os atuais problemas sociais, porém, o movimento existe e promove muitas discussões, protestos e propostas das quais eu mesmo participo e que são desarticuladas pelas

questões já ponderadas acima que realmente causam a desarticulação do ME e criam até preconceitos e estigmas com relação aos cursos que promovem discussões sobre as questões sociais, já que, a grande maioria, entra na universidade para se inserir no mercado e não estão se preocupando com os rumos da educação e da universidade pública e, muito menos com os que não têm essa oportunidade no presente. Outras questões que eu não havia pensado ou questionado antes, mesmo participando do movimento e que ao realizar essa pesquisa, tornou-se importante, é o fato de os estudantes cobrarem ações de suas entidades representativas – DAs, CAs, DCEs, etc – como se não fizessem parte dessas instituições e não fossem responsáveis por discutir e buscar soluções para os problemas que enfrentam. Podemos constatar que esse também é um reflexo da desarticulação provocada pela compartimentalização e criação dos campi e todo o processo que retira o senso de responsabilidade dos estudantes, não só para com as questões de fora da “comunidade acadêmica”, como com as que se relacionam diretamente com esta.

Dessa forma, pude constatar que há uma certa permanência da repressão, que se esconde atrás dessa falsa democracia e que toda essa desarticulação faz com que as pessoas imprimam um caráter de inação ao ME, mas que este é atuante, com a diferença que estamos em um outro momento histórico em que há abertura da sociedade e a utilização de diversas formas de protesto, o que não impede que, diante de atitudes autoritárias o movimento opte por passeatas e manifestações, ou pela própria radicalização do movimento, como

⁴⁸MARTINS-FILHO, João Roberto. *A Rebelião Estudantil: 1968 México, França e Brasil*. Campinas, SP. Mercado de Letras, 1996.

temos presenciado durante o ano de 2005. Para além da consciência politizada dos estudantes que participam do movimento, o contexto político, social, econômico e cultural influenciam muito nas ações do movimento e qual o olhar e a caracterização que a sociedade faz sobre esse movimento.

BIBLIOGRAFIA:

COHN-BENDIT, Dany. *Nos que amávamos tanto a revolução*. Koltai, Caterina, tradução. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FENELON, Dea Ribeiro. "O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo?". In: *Historia & Perspectivas* 6. Revista dos Cursos de História e do Programa de Pós- Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia/MG: EDUFU, 1992, pp. 5-23.

GABEIRA, Fernando. *O que é isso companheiro?* 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. e **GONÇALVES**, Marcos A. *Cultura e participação nos anos 60*. 10 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

MACHADO, Ana Maria. *Tropical Sol da Liberdade*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MARTINS FILHO, João Roberto. *A Rebelião Estudantil México – França – Brasil*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1996.

MATTOS, Marcelo Badaró. *História. Pensar & fazer*. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998.

MENDONÇA, Sonia Regina de & **FONTES**, Virginia Maria. *História do Brasil Recente 1964-1992*. 4ª Edição. São Paulo: Ática, 1996.

MOBY, Alberto. *Sinal Fechado A Música Popular Brasileira Sob Censura (1937-45/1969-78)*. Rio de Janeiro: Obra Aberta, 1994.

NAPOLITANO, Marcos. A arte engajada e seus públicos (1955/1968). *Estudos Históricos*, n 28, Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, 2001, pp.103-124.

RIDENTI, Marcelo. A grande família comunista nos movimentos culturais dos anos 60. In: *Em busca do povo brasileiro: aristas da revolução, do CPC a era da tv*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

SANTOS, Maria Cecília L. dos (org.). *Maria Antônia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1998.

SINGER, Paul. *A economia brasileira depois de 1964*. in: Debate & Crítica nº 4. São Paulo: Hucitec, 1974.

SIRKIS, Alfredo. *Os Carbonários*. 14 edição. Rio de Janeiro: Record, 1998.

TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. 17ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 1997.

_____. (org.). *Visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.